

Confiança Interpessoal e Comportamento Político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina

Lucio R. Rennó

Candidato a PhD em Ciência Política, University of Pittsburgh

Resumo

Apesar do debate sobre os vetores da relação entre confiança interpessoal e democracia, está claro que a confiança interpessoal é a variável central no estudo da cultura política e do capital social. Este artigo examina alguns dos pressupostos básicos das teorias da cultura política e do capital social sobre confiança interpessoal, utilizando dados de pesquisas na América Latina. Em primeiro lugar, analisa quais são os tipos de comportamento político mais fortemente afetados pela confiança interpessoal e em que países essa confiança se correlaciona com mais frequência com outras medidas de comportamento político que se espera teoricamente que se correlacionem com ela. Em segundo lugar, avalia quais são as variáveis que estimulam a existência da confiança interpessoal naqueles países em que a confiança não exerce uma influência significativa em outras formas de comportamento político. Portanto, a questão que este artigo enfrenta é se a confiança inter-pessoal é importante como elemento definidor do comportamento político, e onde ela é, por que alguns indivíduos mostram níveis mais altos de confiança interpessoal do que outros.

Palavras-chave: cultura cívica, confiança interpessoal, comportamento político, América Latina

Abstract

Despite the debate about the vectors of the relation between interpersonal trust and democracy, it is clear that interpersonal trust is a central variable in the study of political culture and social capital. This article tests some of the basic assumptions of political culture and social capital debates about interpersonal trust using survey data from Latin America. First it analyzes what are the kinds of political behavior that are more strongly affected by interpersonal trust and in what countries does interpersonal trust correlate with more often with other measures of political behavior that it is theoretically expected to relate with. Second, the article evaluates what are the variables that stimulate the existence of interpersonal trust in those countries where trust does play a significant role in affecting other forms of political behavior. Hence, the puzzle that this article addresses is if interpersonal trust matters as a defining element of political behavior, and where it does, why do some individuals show higher levels of interpersonal trust than others do.

Key words: civic culture, interpersonal trust, political behavior, Latin America

Introdução

A confiança interpessoal, a obediência às leis e a confiança nas instituições são consideradas componentes centrais de um padrão cultural democrático. Vários autores sustentam que há uma relação direta e positiva entre valores políticos de massa, como os mencionados acima, e a estabilidade dos regimes democráticos (Almond & Verba, 1981; Putnam, 1995; Inglehart, 1988, 1997). Outros afirmam que a relação entre sucesso do regime e cultura política não é tão direta. Muller e Seligson (1994), por exemplo, argumentam que a direção da relação não pode ser determinada a priori; na verdade, a democracia levaria à confiança interpessoal e não o contrário.

Apesar desse debate sobre os vetores da relação entre confiança interpessoal e democracia, está claro que a confiança interpessoal é a variável central no estudo da cultura política e do capital social. Este artigo examina alguns dos pressupostos básicos das teorias da cultura política e do capital social sobre confiança interpessoal, utilizando dados de pesquisas na América Latina.¹ Em primeiro lugar, analisa quais são os tipos de comportamento político mais fortemente afetados pela confiança interpessoal e em que países essa confiança se correlaciona com mais frequência com outras medidas de comportamento político que se espera teoricamente que se correlacionem com ela. Em segundo lugar, avalia quais são as variáveis que estimulam a existência da confiança interpessoal naqueles países em que a confiança não exerce uma influência significativa em outras formas de comportamento político. Portanto, a questão que este artigo enfrenta é: a confiança interpessoal é importante como elemento definidor do comportamento político? E onde ela é, por que alguns indivíduos mostram níveis mais altos de confiança interpessoal do que outros?

A confiança interpessoal tem importância?

A cultura política é definida classicamente como o conjunto de orientações subjetivas de cidadãos, inclusive valores, crenças e conhecimento sobre o sistema político (Almond & Verba, 1981; Inglehart, 1988; Putnam, 1993). A cultura é vista como um comportamento influente, inibindo ou estimulando o envolvimento em questões públicas e a participação nos movimentos e organizações políticas.

A confiança interpessoal é um dos principais valores culturais associados ao comportamento político. Uma longa tradição, de Maquiavel aos mais recentes estudos sobre capital social, está centrada nas conseqüências da confiança para o sistema político. Uma hipótese central dessa literatura tão diversificada é que a cultura cívica exige altos níveis de confiança interpessoal. Quanto mais confiança existe, mais associativa a sociedade, mais politicamente envolvido o cidadão e mais estável a democracia.

¹ Ver Apêndice A para uma descrição dos dados.

Robert Putnam afirma essa relação com muita clareza em sua obra clássica *Making Democracy Work*. Em seu esforço para explicar o sucesso das instituições democráticas, ele questiona a relação entre modernidade econômica, cultura cívica e estabilidade do regime democrático. Seu objetivo é testar se a cultura cívica influencia o sucesso da democracia mantendo sob controle o desenvolvimento econômico.

De acordo com Putnam, a cidadania numa comunidade cívica se caracteriza inicialmente por uma participação nos assuntos públicos. A preocupação com as questões públicas e a devoção às causas públicas, em contraste com as considerações individualistas e imediatas, são aspectos essenciais da virtude cívica. Um exemplo de falta de virtude cívica apontado por Putnam é o “familismo imoral”, conceito aplicado por Banfield para caracterizar os padrões de comportamento do sul da Itália.² A idéia básica que está por trás do “familismo imoral” é que os indivíduos agem orientados pelo desejo de obter o máximo de vantagens para sua família nuclear e pelo pressuposto de que os outros irão agir da mesma forma. O resultado geral é uma situação em que as pessoas só interagem na esfera privada, abandonando a esfera pública.

Uma segunda característica de uma comunidade cívica é que ela implica igualdade de direitos e deveres entre os cidadãos. Esse tipo de comunidade tem sua união mantida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação entre cidadãos e não por relações verticais de dependência e autoridade (Putnam, 1993, p.102). A rede de controles e equilíbrios criada pelos laços de cooperação horizontal é um modo de limitar o abuso de poder, impondo restrições à ação de todos os cidadãos e fazendo com que os líderes respondam perante a comunidade.

Confiança, solidariedade e tolerância são outros atributos do comportamento cívico. Isso significa que uma cultura cívica permite a coexistência de pontos de vista divergentes. Por outro lado, a confiança reforça a ação coletiva, pois minimiza os comportamentos oportunistas, que podem ser entendidos como uma preferência por atos isolados e imediatistas, em vez de envolvimento em empenhos coletivos (Putnam, 1993, p.103). O “familismo imoral” baseia-se na preponderância de comportamentos oportunistas orientados para maximizar o ganho privado. Uma vez que os indivíduos agem guiados somente por seus interesses imediatos, o alcance das estratégias disponíveis é amplo, incluindo atitudes não necessariamente orientadas por restrições legais ou morais.

Por fim, uma prática que fortalece as normas e valores sociais de uma comunidade cívica é a participação voluntária em associações cívicas. Essas organizações instilam em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público. Elas contribuem também para o funcionamento geral do regime democrático ao canalizar demandas e organizar a participação.

² Esse mesmo conceito é aplicado ao estudo da América Latina por Reis (1995).

Da série de elementos que compõem uma cultura cívica, a confiança interpessoal pode ser vista como o mais decisivo de todos.³ Na concepção de Putnam, a confiança é um pré-requisito da participação política, do comportamento de obediência às leis, da cooperação horizontal e da tolerância pela diversidade de opiniões. Uma pessoa confia em outra porque tem certas expectativas sobre o modo como essa outra pessoa vai reagir. Nesse sentido, a confiança reforça a ação coletiva e a cooperação, porque se baseia em expectativas da continuidade de padrões de comportamento estabelecidos e repetitivos.

A idéia de capital social, definido como as “características de uma organização social tais como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade”, oferece *insights* valiosos sobre o papel da confiança interpessoal (Putnam, 1993, p.177). A cooperação espontânea é acentuada pela presença de elementos de capital social. Recursos como a reputação e a confiabilidade individual, ambas ligadas à confiança, possibilitam a melhoria econômica pessoal. “A confiança é um componente básico do capital social”, uma vez que é a base para a formação de redes sociais (Putnam, 1993, p.180). A confiança interpessoal é uma garantia de que os indivíduos se comportarão de modo previsível. Em consequência, os contratos e as leis serão respeitados e a cooperação será incentivada.

Num esforço para teorizar sobre confiança, Putnam destaca dois componentes que são essenciais para sua definição. O primeiro é a reciprocidade. A confiança é essencialmente um conceito relacionado com a interação entre atores. Em sociedades onde os atores acreditam que o comportamento confiante será recompensado e que a interação contínua em um período de tempo cria um padrão duradouro de reciprocidade, a cooperação é muito mais viável. O segundo elemento da confiança é que ela pode criar dependência de trajeto. Os ciclos virtuosos que estimulam a cooperação e a ação coletiva tendem a durar tanto quanto os ciclos viciosos de desconfiança e alternativas hierárquicas, hobbesianas. A confiança constrói-se durante um longo período de tempo e, uma vez estabelecida, tende a continuar no tempo, ainda que exija constante exercício.

Esses argumentos teóricos são testados por Putnam usando indicadores agregados de civismo, tais como quantidade de associações voluntárias, um índice de participação política que inclui resultados de eleições e referendos e diversidade de meios de comunicação. Apesar da criatividade de seu modelo, ele não diz nada sobre crenças e valores individuais.

A motivação inicial de Ronald Inglehart, em seu esforço contínuo de compreender melhor as ligações entre atitudes políticas e estabilidade de regime, é exatamente complementar o estudo de Putnam usando referentes empíricos em nível individual dos principais elementos que compõem a síndrome da cultura cívica (1988). A principal

³ A centralidade da confiança pode ser exemplificada por um número recente de *Political Psychology* (19:3) dedicado a estudos de capital social. Embora a confiança não seja a única variável considerada, ela certamente tem um papel essencial na maioria dos estudos.

hipótese é que a estabilidade de regime é altamente influenciada pelas orientações culturais dos cidadãos. Um padrão de comportamento coerente, constituído de satisfação de vida e política, confiança interpessoal e apoio à ordem social existente, é essencial para o sucesso de um regime democrático. Inglehart baseia-se na caracterização anterior de Almond e Verba da cultura cívica, que é definida pela presença de altos níveis de orgulho das instituições políticas, sentimentos de competência política e, de novo, confiança mútua.

De acordo com Inglehart, a confiança é um pré-requisito para a formação de associações secundárias e é essencial para a participação política. Uma vez que é fundamental para a percepção de que os contratos serão respeitados, a confiança também é necessária para garantir o respeito à lei. A conclusão de Inglehart é que a cultura cívica desempenha um papel central na definição da viabilidade do governo democrático. A cultura é anterior ao regime político, portanto afeta seu desempenho.

O artigo de Muller e Seligson (1994) questiona as conclusões de Inglehart, argumentando que ele, na verdade, inverte a relação causal entre cultura e democracia. Na visão deles, a maioria das atitudes de cultura cívica não tem qualquer impacto significativo nas mudanças na democracia. Mais do que isso, a confiança interpessoal é um efeito e não uma causa da estabilidade democrática. A persistência da democracia no tempo provoca um aumento do nível de atitudes de cultura cívica porque altos níveis de consciência política subjetiva, orgulho pelo sistema político e confiança interpessoal são uma resposta racional, culta à experiência de viver em um país que tem um regime democrático estável. Uma vez que a democracia estimula os grupos de ação coletiva pacífica, ela reforça a difusão do comportamento confiante.

De acordo com Muller e Seligson, a democracia se estabelece por motivos diferentes do que o civismo do público geral. Na verdade, a desigualdade de renda é a variável explicativa mais importante da estabilidade do regime. Portanto, a estabilidade democrática precede as orientações subjetivas e não pode ser explicada por elas. Características sistêmicas, agregadas do regime político parecem ter uma influência maior em sua estabilidade do que crenças e atitudes individuais. Contudo, Muller e Seligson (1994, p.647).reconhecem que “os indicadores de item único de atitudes de cultura cívica usados por nós e por Inglehart são imperfeitos demais e que relações causais mais fortes poderiam ser encontradas com índices de itens múltiplos mais confiáveis”.

Numa tentativa recente de avaliar o impacto das orientações de atitude sobre o sistema político, Seligson (1998) sustenta que a maioria dos estudos de cultura política e estabilidade de regime desconsidera as advertências de Przeworski e Teune sobre falácias ecológicas. Seligson salienta que as tentativas de ligar variáveis de nível micro com resultados de nível macro podem incorrer em descobertas espúrias. Para avaliar essa questão metodológica, Seligson repete os testes de Inglehart sobre a relação entre confiança e estabilidade democrática. Olhando somente para a distribuição dos casos em um gráfico de dispersão que tem a confiança como uma variável independente e o grau

de democracia de um regime como dependente, Seligson mostra que podem ser facilmente detectadas correlações espúrias. Países que têm grau ao mesmo tempo alto e baixo de confiança apresentam nível alto de democracia e quando alguns casos são apagados da análise, confiança e democracia co-variam negativamente. Isso significa que a relação inicial observada por Inglehart deve-se, na verdade, a alguma outra variável não incluída em seu modelo. Significa também que uma característica específica dos regimes apagada por Seligson (1998, p.15) em sua repetição da análise anterior pode conter uma explicação melhor para a distribuição original dos países conforme seus padrões culturais.

Seligson está chamando a atenção para um aspecto crítico dos estudos culturais baseados em dados de *surveys*. Não se deve fazer inferências de dados de nível individual para o nível de sistema simplesmente porque, ao fazer isso, aumenta a margem para resultados espúrios. Ao considerar somente dados de nível individual no processo de inferir fenômenos macro, uma série de variáveis contextuais é ignorada. Ao não controlar essas variáveis, não há garantia de que o estudo não será tendencioso.

Com isso em mente, Seligson passa a testar a relação entre variáveis cruciais do modelo de cultura cívica no nível individual. Sua primeira descoberta é que os componentes da síndrome da cultura cívica definida por Inglehart têm uma correlação muito fraca nos casos estudados. Em termos práticos, Seligson questiona a existência de uma síndrome com base no fato de que seus componentes não estão relacionados entre eles. Uma segunda conclusão, ainda mais espantosa e com implicações que questionam a maioria dos pressupostos da teoria do capital social e da cultura política, é que há uma correlação muito baixa entre confiança e um indicador de participação política dos cidadãos. Segundo ele, a confiança afeta o comportamento político dos indivíduos de maneira limitada (1998, p.28). Seligson questiona as supostas ligações entre confiança interpessoal e participação política. Uma questão que surge de suas conclusões é quão exatos são os pressupostos de que a confiança afeta outras formas de engajamento político.

Baseando-se na abordagem de Seligson sobre os estudos de cultura política, este artigo pretende testar algumas das relações entre confiança interpessoal e comportamento político defendidas pela literatura existente. A teoria do capital social, bem representada pelo estudo de Putnam realizado na Itália, sustenta que a confiança interpessoal está relacionada com a participação em associações cívicas, o envolvimento em questões públicas, o comportamento de obediência à lei e a confiança nas instituições como aparato de solução de conflitos. Em suma, a confiança estimula a participação e a interação para além da esfera restrita da vida privada e estimula o engajamento nos assuntos públicos. Surpreendentemente, essas relações ainda não foram testadas na América Latina, exceto pela tentativa de Seligson (1998, p.28) de verificar a influência da confiança na ação de “trabalhar para uma questão que afeta a comunidade a qual alguém pertence”. Não obstante a importância do primeiro passo de Seligson, a maioria das outras ligações teoricamente supostas entre confiança interpessoal e comportamento

político não foram verificadas em termos empíricos.⁴

Mas uma coisa deve ser salientada. Ainda que distintos países sejam considerados nesta análise, as inferências feitas limitam-se ao nível individual. Os países são marcos de amostra para os indivíduos selecionados. Não há interesse em explicar a estabilidade da democracia ou qualquer outro fenômeno de nível agregado típico. O que será avaliado são as motivações individuais para participar em empreendimentos coletivos e se envolver com questões públicas, e como a confiança medida no nível individual aumenta a propensão do cidadão a participar em ações coletivas.

Dados e análises

Usando dados do Latinobarômetro 1996, serão testadas nos países latino-americanos as conexões entre confiança interpessoal e participação em associações cívicas, participação política, atitudes em relação ao regime político, comportamento de obediência às leis e a confiança nas instituições. Os casos foram escolhidos por duas razões. A primeira é prática. Os dados disponíveis do Latinobarômetro são muito mais abrangentes para os propósitos deste artigo do que os disponíveis no World Values Survey e nas edições recentes do Eurobarômetro. Uma vantagem do Latinobarômetro é que contém uma ampla variedade de questões que podem ser usadas como indicadores de participação em associações, envolvimento em questões públicas, obediência às leis e confiança nas instituições. A força da relação entre confiança e as várias formas de comportamento e atitudes políticas pode ser testada nesse conjunto de dados, enquanto que em outros, seria extremamente limitado.

Um segundo motivo, de importância essencial, para utilizar o Latinobarômetro é teórico. Os países latino-americanos, como se pode ver nos trabalhos de Seligson (1998) e Inglehart (1997) são os que têm menor confiança interpessoal, em comparação com as democracias norte-americanas e europeias. Os dados de 1996 indicam que mais de dois terços de todos os latino-americanos não confiam em seus concidadãos. Se há um lugar onde a ausência de confiança deve ter um efeito no comportamento político, esse lugar é a América Latina. A longa herança autoritária e as recentes mudanças institucionais no sentido da democratização do regime político e da diminuição da intervenção do Estado na economia também conferem a esses países um status especial na discussão sobre os elementos que estimulam a participação política. A falta de cidadania e o desrespeito dos direitos civis na América Latina, apontados por vários estudiosos (O'Donnell, 1996; Reis, 1995; Baquero, 1994; Karl, 1996) ainda são muito pouco compreendidos. O estudo da confiança interpessoal pode oferecer algumas explicações para a ausência de participação política e de envolvimento público dos cidadãos desses países.

⁴ Booth e Richard (1998) e Seligson (1999) testaram alguns dos supostos do capital social na América Latina, mas não verificaram a amplitude das variáveis que são influenciadas pela confiança interpessoal. Eles se concentram no impacto da confiança no apoio à democracia ou no contato com políticos eleitos.

As tabelas seguintes ajudarão a identificar o impacto da confiança no comportamento político. Em primeiro lugar, as relações entre confiança interpessoal e outros indicadores de comportamento político são estatisticamente significativas? A confiança afeta alguma dessas atitudes ou desses comportamentos? Desse modo, alguns dos principais pressupostos teóricos sobre a influência da confiança interpessoal na participação em associações cívicas, na participação política, nas perspectivas sobre o respeito à lei e julgamentos sobre o regime político podem ser testados. Em segundo lugar, quais são os diferentes efeitos da confiança sobre o comportamento político nos distintos países? Nesse caso, a preocupação é com o quanto a confiança interpessoal afeta o comportamento político em diferentes contextos. As tabelas subseqüentes indicarão a importância da confiança interpessoal para o comportamento político nos vários países da América Latina.

Todas as tabelas incluem as magnitudes das associações estatisticamente significativas entre confiança e os vários indicadores de comportamento político que a teoria pressupõe estarem relacionados com a confiança interpessoal. Será verificado se a relação existe e como as atitudes confiantes afetam o comportamento político. As tabelas oferecem informações sobre como alguns referentes empíricos de comportamento político podem ser preditos com o conhecimento da confiança interpessoal.⁵ Em todas as tabelas, a confiança interpessoal é medida por uma resposta dicotômica à seguinte questão: pode-se confiar na maioria das pessoas, ou deve-se tomar cuidado ao tratar com os outros?

A tabela 1 verifica a relação entre confiança interpessoal e participação em associações cívicas. Somente três tipos de associações muito comuns foram incluídos, graças principalmente a sua capacidade de influenciar diretamente o sistema político: sindicatos, associações voluntárias e partidos políticos. A teoria sustenta que a confiança é um pré-requisito para a participação em associações cívicas. Fica claro que os resultados obtidos na tabela 1 contradizem essa idéia. A relação entre confiança interpessoal e participação em associações cívicas não é estatisticamente significativa na maioria dos casos. Na verdade, a hipótese nula sobre a associação entre confiança e participação em sindicatos só é rejeitada em 11% dos países, 24% em associações cívicas e 11% de novo com relação a partidos políticos. Quando há uma relação estatisticamente significativa, ela é inexpressiva e na direção oposta à esperada pela teoria. A confiança interpessoal e a participação em associações cívicas co-variaram negativamente: o aumento na primeira leva à diminuição na segunda. Quando há mais confiança mútua, há menos necessidade de participar em associações cívicas.

⁵ Uma medida assimétrica PRE para variáveis de nível ordinal, Sommer's D, foi usada para avaliar a influência da confiança interpessoal nos outros indicadores de comportamento político. A significação estatística das relações foi avaliada usando-se qui-quadrado. No momento, estou interessado somente em avaliar as relações bivariadas entre confiança e outras atitudes políticas. Os testes bivariados nunca são tão robustos e severos quanto os testes multivariados, porém eu quero propositadamente "distribuir as cartas" em favor da confiança interpessoal, a fim de avaliar sua relevância empírica.

TABELA 1
Confiança interpessoal e participação em associações cívicas.*¹

País	Sindicatos	Associações voluntárias	Partidos políticos
Argentina	-	-	-
Bolívia	-	-	-0,01
Brasil	-	-0,05	-0,03
Colômbia	-	-	-
Costa Rica	-	-0,06	-
Chile	-	-	-
Equador	-	-	-
El Salvador	-	-0,04	-
Guatemala	-0,05	-0,04	-
Honduras	-	-	-
México	-	-	-
Nicarágua	-	-	-
Panamá	-0,03	-	-
Paraguai	-	-	-
Peru	-	-	-
Uruguai	-	-	-
Venezuela	-	-	-
% significativa	11	24	11

*Relações estatisticamente significantes a 0,05.

¹ Para o tamanho da amostra em cada país, ver o apêndice D

A tabela 2 relaciona confiança interpessoal com participação política dos cidadãos. Os indicadores escolhidos se referem a atividades que exigem um papel ativo do cidadão e foram todos medidos numa escala de quatro níveis, indo de participação freqüente a nenhuma. Trata-se de ações que têm custos e que requerem um compromisso forte do indivíduo. A interação entre indivíduos e a preocupação com as questões públicas estão implícitas no ato de tentar mudar a opinião política dos outros, de trabalhar por uma questão que afeta sua comunidade e trabalhar para um partido político ou candidato. Todos esses casos podem contribuir para testar os pressupostos teóricos de que a confiança está associada ao envolvimento em questões públicas.

Os resultados são muito mais satisfatórios do que os anteriores relacionados com a participação em associações. Em especial, tentar convencer os outros de suas idéias políticas e trabalhar num partido político estão relacionados com a confiança em mais de 40% dos casos. Em quatro países, a confiança está ligada a todas essas formas de participação política. Parece que o envolvimento com questões políticas específicas e a interação com outros relacionada com essas questões são afetados pela confiança, em conformidade com as expectativas teóricas.

A confiança interpessoal também parece desempenhar um papel mais substantivo na participação política do que na participação em associações, como se pode ver pelo aumento no tamanho dos coeficientes. As relações também correspondem ao que a teoria previa que co-variaria positivamente.

TABELA 2
Confiança interpessoal e participação política.*

País	Tenta convencer pessoas	Trabalha para uma questão comunitária	Trabalha para um partido político.
Argentina	-	-	-
Bolívia	0,14	-	-
Brasil	0,09	-	-
Colômbia	0,08	-	-
Costa Rica	0,12	-	0,12
Chile	0,11	0,11	0,12
Equador	-	-	-
El Salvador	0,10	0,15	0,14
Guatemala	-	-	0,12
Honduras	-	-	-
México	0,15	0,11	0,19
Nicarágua	-	-	-
Panamá	-	-	0,10
Paraguai	0,21	0,16	0,19
Peru	-	-	-
Uruguai	-	-	-
Venezuela	-	-	-
% Significante	47	24	41

* Relações estatisticamente significantes a 0,05.

Na tabela 3, analisa-se o problema de como a confiança interpessoal afeta a confiança nas instituições.⁶ O que se verifica nesse caso é se a confiança em indivíduos influencia a confiança nas instituições. As instituições incluídas foram escolhidas devido ao seu eminente caráter público, tais como governo, Congresso, sindicatos e polícia. O que as quatro têm em comum é o fato de que todas estão diretamente relacionadas com as questões de interesse público e a temas que podem moldar a visão política e a participação dos cidadãos, bem como por desempenhar papéis centrais no regime democrático. A confiança interpessoal afeta diretamente a legitimidade das instituições democráticas se ela influenciar o modo como as pessoas vêem essas instituições. Isso pode indicar repercussões possíveis de fenômenos de nível micro em resultados macropolíticos, uma vez que a desconfiança duradoura nas instituições pode afetar a legitimidade do regime.

⁶ Instituições são entendidas aqui num sentido mais amplo, incluindo não somente as regras do jogo, como definidas por Douglass North (1990), mas também a materialização dessas regras em organizações, como apontado por Jon Elster (1994).

A tabela 3 mostra também como a confiança interpessoal afeta a confiança nos principais atores políticos e sociais de um regime democrático. A confiança nos dirigentes é uma condição essencial para estimular o uso de serviços públicos e, portanto, para confiar em geral nas instituições. Os dirigentes são aqueles que fazem as instituições funcionarem; se não há confiança neles, é provável que os cidadãos irão optar por soluções para seus problemas diários que não envolvem instituições.

TABELA 3
Confiança interpessoal e confiança em instituições e atores políticos. *

País	Atores políticos ²	Sindicatos	Polícia	Congresso	Governo
Argentina	-	-	0,13	0,19	0,16
Bolívia	0,18	-	0,15	0,13	0,17
Brasil	-	-	-	0,14	0,09
Colômbia	0,27	0,10	0,13	0,11	0,18
Costa Rica	0,08	-	0,13	0,03	-
Chile	0,05	0,09	-	0,17	0,19
Equador	-	-	-	0,10	-
El Salvador	0,20	-	-	0,16	0,17
Guatemala	0,12	-	0,17	0,14	0,20
Honduras	0,12	0,06	-	-	-
México	0,06	0,11	0,13	0,09	0,19
Nicarágua	-0,12	-	-	-	-
Panamá	-0,14	0,08	-0,05	-0,07	-0,02
Paraguai	-	0,21	0,28	0,21	0,23
Peru	-	-	-	0,15	-
Uruguai	-	-	-	-	-
Venezuela	-	0,05	-	0,01	0,09
% Significante	56	41	47	82	65

* Relações estatisticamente significantes a 0,05.

² Ver apêndice C para detalhes sobre a construção deste índice.

A confiança interpessoal e a confiança nas instituições parecem estar relacionadas na maioria dos países. A confiança no Congresso e a interpessoal mostram os níveis mais altos de associação, sendo estatisticamente significativas em 82% dos casos. A relação mais fraca parece estar entre confiança interpessoal e confiança nos sindicatos, mas mesmo nesse caso está presente num número significativo de países. Parece que as atitudes confiantes de diferentes formas estão associadas. Na maioria dos países em que os cidadãos confiam nos ocupantes de cargos públicos, há também confiança nas instituições. A confiança nas pessoas acaba afetando a confiança nas instituições.

A tabela 4 apresenta os resultados de testes da conexão entre confiança interpessoal e concepções sobre direitos iguais dos cidadãos. Aqui as questões avaliam a

relação entre confiança e as visões sobre tratamento igual pela lei, consciência das obrigações legais e avaliações da honestidade individual. Todas essas variáveis se referem a um aspecto essencial da vida nos regimes democráticos: a coordenação da vida social baseada em parâmetros legais estabelecidos. Se não há perspectiva de que a lei será respeitada, de que os cidadãos serão tratados de forma igual e que os que não cumprem suas obrigações legais serão punidos, as chances de desordem e de soluções autoritárias se tornam uma ameaça real.

TABELA 4
Confiança interpessoal e perspectivas sobre comportamento de obediência às leis.*

País	Cidadãos obedecem à lei	Cidadãos conscientes dos deveres	Cidadãos são honestos
Argentina	0,24	0,14	0,22
Bolívia	0,13	-	-
Brasil	-	-	-
Colômbia	-	-	0,19
Costa Rica	-	-	-
Chile	0,18	-	0,11
Equador	0,08	-	0,14
El Salvador	0,16	0,15	0,18
Guatemala	0,12	0,15	0,11
Honduras	-	-	-
México	0,10	-	0,10
Nicarágua	-	-	-
Panamá	0,19	-	-
Paraguai	0,28	-	0,07
Peru	0,12	0,15	0,07
Uruguai	-	0,03	-
Venezuela	-	-	-
% Significante	59	30	53

* Relações estatisticamente significantes a 0,05.

Os resultados indicam que existe um padrão de relação entre confiança interpessoal e percepção sobre a eficácia das leis. A confiança parece estar associada com visões sobre comportamento de obediência às leis e honestidade dos outros com mais frequência do que com percepções sobre consciência dos deveres. Como afirma Putnam, a confiança interpessoal está relacionada com elementos de previsibilidade de comportamento. Uma descoberta interessante é que quando a confiança interpessoal está relacionada com o respeito à lei, está também associada com considerações sobre a honestidade dos cidadãos. Em apenas um caso a confiança se relaciona com somente um desses elementos e em apenas quatro países, confiança interpessoal e visões sobre na lei não estão relacionadas. A confiança entre cidadãos leva a percepções mais positivas sobre a existência de restrições legais à ação cotidiana. Isso é muito importante,

especialmente nos países latino-americanos, que têm uma longa tradição de governo autoritário, desrespeito à lei e falta de punição para os criminosos. Os que confiam mais acreditam que o sistema legal de seu país é mais justo.

Por fim, na tabela 5, testa-se a relação entre confiança interpessoal e perspectivas sobre o regime político. O propósito é verificar se a confiança afeta o modo como os indivíduos interpretam a honestidade das eleições em seus recentes regimes democráticos e se ela está relacionada com seus compromissos com esses regimes. Empregaram-se indicadores dicotômicos de visões sobre a legalidade de eleições e da disposição dos indivíduos para defender o regime democrático. A teoria diz que a confiança interpessoal afeta tanto as visões individuais do funcionamento do regime democrático como a disposição individual para abraçar o regime.

TABELA 5
Confiança interpessoal e perspectivas sobre o regime político. *

País	Fraude em eleições	Defende democracia
Argentina	0,20	0,09
Bolívia	0,20	-
Brasil	-	-
Colômbia	0,09	-
Costa Rica	0,11	-
Chile	0,09	0,11
Equador	0,13	-
El Salvador	0,12	-
Guatemala	0,11	0,08
Honduras	-	-
México	0,12	-
Nicarágua	0,09	-
Panamá	0,13	-
Paraguai	0,14	0,13
Peru	0,09	-
Uruguai	0,12	-
Venezuela	0,09	-
% Significante	88	24

* Relações estatisticamente significantes a 0,05.

Esta tabela mostra claramente que a confiança está relacionada às visões sobre a honestidade dos procedimentos eleitorais, mas de forma muito fraca, a comprometimentos maiores com a democracia. Parece que a confiança interpessoal não afeta diretamente os compromissos individuais com o regime político, mas certamente influencia as avaliações da honestidade do regime. Somente em dois países a confiança não está relacionada com percepções sobre a fraude em eleições.

Tendo dito isso sobre cada relação específica entre confiança e algum indicador de comportamento político, é necessário ter uma visão geral das relações. Desse modo, são avaliadas regularidades e padrões que possibilitem conclusões mais gerais sobre a

influência da confiança no comportamento político dos cidadãos de diferentes países.

A primeira questão a ser tratada é quão essencial é a confiança como elemento do comportamento político, ou em que grau ela está associada com outros aspectos de comportamento. Com esse objetivo em mente, é interessante examinar como a confiança se relaciona com cada variável específica. Está claro que a confiança interpessoal está relacionada com questões sobre confiança em instituições e percepções sobre comportamento de obediência às leis, igualdade legal e honestidade dos cidadãos e menos à participação política direta dos cidadãos e à participação em associações. De um lado, pode-se dizer que a confiança interpessoal cobre algumas das relações teóricas presumidas que deveria refletir. Mas por outro, pode-se afirmar também que é incapaz de confirmar a pressuposição teórica de estimular a participação em política e atrapalhar problemas de ação coletiva. Do modo como é medida, conexões importantes pressupostas teoricamente não passam no teste empírico. Isso significa que a medida dicotômica de confiança interpessoal não deve ser descartada, mas deve ser usada com reservas. A confiança pode ser vista como relacionada a alguns aspectos do comportamento político, principalmente aos que se referem ao respeito à lei, mas não aos que indicam uma intensificação da ação coletiva ou do envolvimento com questões públicas.

Nas tabelas acima pode-se verificar também quais países são mais propensos a ter a confiança interpessoal associada de modo relevante a outras formas de comportamento político. Nos casos em que a confiança parece ser pertinente para o comportamento político, no sentido de que está associada a muitas outras facetas do comportamento político individual, vale a pena analisar em mais detalhes o que faz com que alguns indivíduos sejam mais confiantes do que outros. As razões para a existência da confiança em países onde ela desempenha um papel importante na definição da ação política dos cidadãos podem até sugerir possíveis *insights* sobre por que os países têm níveis diferentes de confiança interpessoal. Podem indicar também alguns motivos de a confiança ser mais importante na compreensão do comportamento político em alguns contextos do que em outros.

Para facilitar a identificação dos lugares onde a confiança interpessoal está mais associada com outros aspectos do comportamento político, é útil uma simples tabela de distribuição de frequência que resuma as informações obtidas nas tabelas 1-5. Na tabela 6, a porcentagem de variáveis relacionadas com a confiança interpessoal em cada país é computada e serve como indicador da relevância da confiança interpessoal em cada país.

TABELA 6
Porcentagem de indicadores de comportamento político afetada por confiança interpessoal.

País	Variáveis associadas à confiança interpessoal
Guatemala	75
Paraguai	75
Chile	69
El Salvador	69
México	69
Argentina	56
Panamá	56
Bolívia	50
Colômbia	43
Costa Rica	38
Peru	38
Brasil	31
Equador	25
Venezuela	25
Uruguai	19
Nicarágua	13
Honduras	06

Em alguns países, a confiança interpessoal parece estar significativamente associada à maioria das medidas de comportamento político. É o caso de Paraguai, Guatemala, El Salvador, Chile e México. No extremo oposto, essa medida de confiança não está associada com quase nenhum dos indicadores de comportamento político em Honduras, Equador, Nicarágua, Venezuela e Uruguai. Isso nos conduz para a questão seguinte deste artigo: quais são os fatores associados à emergência da confiança naqueles lugares onde a confiança interpessoal afeta fortemente o comportamento político? É indispensável formular e testar hipóteses que tentem explicar as causas da emergência da confiança onde ela está associada a uma ampla variedade de atitudes políticas. O estudo das razões para a existência de confiança pode ajudar a entender os incentivos e as motivações da ação individual nesses países.

Os países onde a confiança parece estar indiscutivelmente associada a várias formas de comportamento político servirão de marco de amostra para a seleção das unidades de observação da próxima parte deste artigo. Os cidadãos de Paraguai, Guatemala, El Salvador, Chile e México serão usados para testar algumas hipóteses sobre a existência de confiança interpessoal.

O que torna os indivíduos mais confiantes?

Estudos recentes levantam hipóteses sobre as causas da confiança interpessoal. Dietlind Stolle testa como as associações ajudam ou atrapalham o desenvolvimento de confiança generalizada entre seus membros (1998). A hipótese é a de que certos tipos de associações provocam a emergência de confiança entre seus membros. O modelo é testado com controle para variáveis demográficas, aspectos de socialização familiar, influência institucional e país de residência. Em seu esforço para construir uma microteoria do capital social, a autora chega à conclusão que “as pessoas que entram para associações são significativamente mais confiantes do que as pessoas que não entram” (Stolle, 1998, p.521). Pode-se presumir dessa conclusão que a confiança antecede a participação em associações, o que nos leva de volta ao problema inicial: por que alguns indivíduos mostram níveis mais altos de confiança interpessoal?

Embora a conclusão de Stolle seja que a confiança predispõe as pessoas a participar política e socialmente, seu argumento é inicialmente apresentado de forma inversa. O envolvimento com certos grupos leva a um aumento no nível geral de confiança interpessoal na sociedade. Essa hipótese será testada usando uma variável *dummy* para a participação em associações cívicas. Deveria haver um impacto positivo dessa participação na confiança interpessoal.

Eric Uslaner oferece outra explicação para a existência da confiança (1998). Ele sustenta que o otimismo torna os indivíduos mais propensos à confiança. Segundo ele, a confiança reflete um sentimento básico de otimismo e esperança. As pessoas otimistas são menos vulneráveis a reveses; elas tendem a acreditar na decência da natureza humana. Para Uslaner, o otimismo estimula a confiança, tornando mais provável a participação política dos indivíduos. Seu modelo inclui dados demográficos, medidas contextuais de confiança, satisfação com amigos, otimismo e hábitos de assistir à televisão. Ele conclui que o otimismo importa mais do que ver televisão na definição dos padrões de confiança, em oposição às conclusões de Putnam.

Essa hipótese será testada usando um indicador de otimismo individual em relação ao próprio futuro. Ou seja, as pessoas que acreditam que seu futuro será melhor estão mais inclinadas a confiar nas outras e, portanto, a se envolver em questões públicas.

Junto com essas hipóteses, este artigo pretende testar algumas outras explicações para a existência da confiança. A primeira delas é que a confiança interpessoal cresce em um contexto de alta previsibilidade de comportamento. A confiança floresce quando um indivíduo pode esperar determinada reação dos outros.

Mas quais são os elementos associados à previsibilidade de comportamento? Uma sociedade regulada e organizada é a condição principal para a existência da previsibilidade das ações dos outros. Isto é, numa sociedade em que as leis são obedecidas, onde os níveis de violência são baixos e as decisões políticas oferecem

soluções para os problemas sociais, a confiança interpessoal é mais viável. Numa situação oposta, os comportamentos se tornam muito imprevisíveis, uma vez que os parâmetros para a ação são muito requintados.

Essa hipótese divide-se em três sub-hipóteses. A primeira é de que as avaliações negativas da eficiência das instituições e dos atores políticos podem dificultar a emergência da confiança interpessoal. Esse fenômeno é medido por três variáveis. A primeira refere-se às percepções sobre o funcionamento do regime democrático em cada país. Os cidadãos que acreditam que o regime democrático é plenamente funcional e efetivo em seus respectivos países tenderão a confiar mais uns nos outros. Um regime democrático pleno cria uma estrutura de restrições legais ao comportamento oportunista e incentiva a ação coletiva. Um segundo fator é a confiança em atores públicos. Os cidadãos que confiam em seus representantes políticos e nos ocupantes de cargos públicos tenderão a confiar também em seus concidadãos. De novo, a idéia é que o respeito pelos governantes aumenta a expectativa de um bom funcionamento do regime democrático, mas também que há um padrão de confiança abrangente. Se há confiança em certos atores políticos, então se pode dizer que ela estará presente também em relação a outros atores políticos, inclusive os concidadãos. Por fim, a terceira variável política é a avaliação da eficiência dos servidores públicos e dos políticos. As avaliações positivas levarão a mais confiança interpessoal porque isso indica que o sistema político faz o que se espera que faça. Os regimes políticos que incentivam a ordem atendendo às demandas populares básicas também revigoram a confiança interpessoal.

A segunda sub-hipótese é que um regime que estimula o respeito da lei e da cidadania aumenta a capacidade de previsibilidade de comportamento e, portanto de confiança interpessoal. A percepção sobre direitos iguais dos cidadãos é um primeiro fator que afeta o comportamento de obediência às leis. Em contextos em que os indivíduos esperam ser tratados de modo diferente pela justiça, há um sentimento generalizado de ausência de restrições ao comportamento individual. A consequência é que eles tendem a se tornar incapazes de prever como os outros irão reagir. Essa situação desestimula drasticamente as atitudes confiantes porque não há garantias de que os outros não irão agir de modo oportunista. Nesse cenário, confiar nos outros não é a opção mais racional. A percepção do concidadão como sendo honesto também é fundamental para o crescimento da confiança. Os cidadãos que acreditam que os outros são pessoas decentes e honradas estão mais inclinados a confiar em estranhos. Uma componente final desse grupo de variáveis é a visão sobre o nível de violência na sociedade. Aqueles que acreditam que a delinqüência está aumentando estão menos inclinados a confiar nos outros. O pressuposto é que essas pessoas irão acreditar que os outros tendem a agir de modo oportunista.

Mas não se obtém ordem na sociedade apenas graças a fatores legais ou políticos. A instabilidade econômica e a escassez também afetam a confiança interpessoal. Esses elementos podem levar a expectativas de que os outros irão agir

somente guiados por suas necessidades imediatas, desconsiderando as conseqüências de seus atos para a vida dos outros e para futuros resultados coletivos. O primeiro indicador da instabilidade econômica são as percepções individuais sobre a capacidade do salário de satisfazer as necessidades pessoais. Se os indivíduos consideram seus salários insuficientes para cobrir as necessidades da família, isso contribui negativamente para o reforço dos laços de confiança. A expectativa que se tem num contexto dominado pelo sentimento de que os salários não são suficientes é de que os outros irão sempre privilegiar suas próprias necessidades imediatas, apesar das conseqüências dessa ação, levando, portanto, a um interesse limitado pelo que está fora de suas preocupações privadas. A segunda variável que indica instabilidade econômica é a preocupação com desemprego futuro. Quando os indivíduos não têm certeza sobre a manutenção futura da renda pessoal, dissemina-se um sentimento de insegurança que afeta negativamente as expectativas de previsibilidade de comportamento e a confiança interpessoal. Finalmente, a terceira componente dos determinantes econômicos da desconfiança interpessoal é a pobreza. Os cidadãos que acreditam que o nível geral de pobreza da sociedade está aumentando gravitam no sentido de menos confiança. A escassez de recursos limita o envolvimento e os laços entre cidadãos porque eles têm de se concentrar na defesa de seu bem-estar num ambiente muito competitivo e economicamente restrito. Isso é inspirado pela idéia de “familismo imoral”. Devido à pobreza, os cidadãos se preocupam demais com seus problemas privados imediatos e evitam se engajar com outros cidadãos em questões públicas. Portanto, quanto mais forte a percepção de aumento da pobreza, menos confiante a população.

Passando agora para outro fator, uma hipótese alternativa é que o país de residência é responsável por explicar uma parte da variação na confiança. Nesse caso, o fato de viver em um país é visto como afetando as percepções individuais sobre confiança interpessoal. O país de residência é representado por uma variável *dummy*, indicando a nacionalidade do entrevistado. Este artigo pressupõe que os indivíduos que vivem em contextos com diferentes tradições históricas, heranças culturais e estruturas institucionais apresentarão diferentes níveis de confiança.

As quatro hipóteses principais – participação em associações, otimismo, previsibilidade de comportamento e país de residência – foram testadas para gênero, idade, nível educacional e religião.

TABELA 7
Regressão logística da confiança interpessoal³

<i>Variáveis</i>	<i>Coefficientes estandardizados</i>	<i>Odds Ratio</i>
<i>Otimismo</i>	-.0612	0,91****
<i>Participação em associação</i>	.0000	1,10
<i>Previsibilidade de comportamento</i>		
Avaliação da democracia	-.065	0,75****
Confiança em instituições públicas	.0396	1,05**
Confiança em servidores públicos	.0667	1,66****
Igualdade legal	-.1024	0,61****
Níveis de delinqüência	.0486	1,17***
Honestidade dos cidadãos	-.0254	0,91*
Trabalho para bem público	-.0729	0,84****
Instabilidade econômica	.0403	1,11***
Satisfação econômica	-.0262	0,90*
Pobreza	-.0431	0,86**
<i>Variáveis de país</i>		
Dummy Chile	-.0300	0,70*
Dummy El Salvador	-.0052	0,81
Dummy Guatemala	.0000	1,12
Dummy México	.0000	.8574
<i>Controles</i>		
Religião	.0000	0,91
Gênero	-.0031	0,89
Idade	.0000	1,00
Situação econômica	.0000	1,08
Educação	.0357	1,17**

Modelo qui-quadrado: 305.424****

R²: 0,07

Classificação: Total correto 78%

N = 4234

*p < 0,05, **p < 0,01, ***p < 0,001, ****p < 0,0001

³ Para uma descrição das variáveis independentes, ver apêndice B.

O modelo é estatisticamente significativo como se pode ver pelo alto qui-quadrado e é capaz de prever 78% dos casos. Por outro lado, o pouco expressivo R² desafia as conclusões indicadas pelas outros de testes de medidas de ajuste. A primeira vista, isso indica que as hipóteses testadas não são as mais adequadas para explicar a variância em confiança interpessoal. A aparente contradição entre os diferentes testes de acuidade e precisão do modelo podem se dever a uma série de fatores. Má especificação do modelo, problemas com as variáveis independentes e problemas de medida com a variável dependente são algumas das possibilidades. Acredito que a última é a causa provável da

disparidade de resultados. Procedimentos de diagnóstico foram aplicados às variáveis independentes, não indicando problemas aparentes com elas.⁷ Com relação à má especificação, todas as possíveis explicações teóricas da confiança interpessoal disponíveis no Latinobarômetro 1996, bem como uma série de diferentes modelos foram tentados e nenhum ofereceu uma resposta melhor do que a apresentada aqui.

Apesar dos resultados conflitantes e ambíguos no tocante ao modelo total, a análise de cada variável independente separada oferece *insights* interessantes sobre os fatores que influenciam a emergência da confiança. Começamos mencionando os preditores menos efetivos da confiança interpessoal.

As variáveis socioeconômicas e demográficas usadas como controle da correlação espúria dos resultados não resistiram ao teste da hipótese nula. Com exceção do nível de educação, nenhuma das outras variáveis, incluindo gênero, religião e situação econômica, é estatisticamente significativa. A educação varia positivamente com a confiança interpessoal. À medida que os cidadãos adquirem níveis mais altos de escolarização formal, mais tendem a confiar nos outros cidadãos. A escolaridade aumenta em 16% as chances de ocorrer um comportamento confiante. Os cidadãos mais bem preparados para compreender seus direitos e deveres são provavelmente mais autoconfiantes e, portanto, mais inclinados a confiar nos outros. Em outras palavras, esses cidadãos não se assustam com a baixa previsibilidade do ambiente.

A suposição sobre a influência de características contextuais dos países, não medidas, representada pelas variáveis *dummy* do país também não teve um impacto forte na emergência da confiança.⁸ Com exceção do Chile, nenhuma das variáveis é estatisticamente significativa. O contexto em que os cidadãos chilenos estão enraizados parece causar refração em sua capacidade de confiar nos concidadãos. Eventos peculiares da história chilena, bem como seu desenho político-institucional, podem ser os motivos desse resultado.

A hipótese de Stolle sobre o efeito dos laços associativos na promoção da confiança interpessoal também não sobrevive ao teste empírico. Nos países latino-americanos estudados, a participação em associações cívicas não afeta a confiança ou não em outros cidadãos.

Com relação à hipótese de Uslaner do otimismo, a pesquisa confirma que a visão positiva que o indivíduo tem de seu futuro leva de fato a um aumento da confiança. Um aumento no otimismo sobre o futuro pessoal afeta a maneira dessa pessoa ver os outros e de se envolver com eles.

Por fim, a hipótese do efeito da previsibilidade de comportamento ofereceu os resultados mais consistentes. Em todas as suas facetas – política, legal e econômica –, os

⁷ Os resultados estão disponíveis sob demanda.

⁸ Não esquecer, no entanto, que esses países foram escolhidos principalmente porque eram os mais inclinados ao impacto da confiança. Portanto, a falta de significância das *dummies* dos países ocorre porque eles são muito semelhantes no que concerne ao modo como a confiança afeta outras variáveis.

contextos que diminuem a amplitude dos comportamentos oportunistas parecem incentivar a emergência da confiança interpessoal. Todas as variáveis tiveram os efeitos esperados. À medida que as visões críticas sobre a existência de democracia nesses países ficam mais fortes, menos inclinados à confiança ficam os cidadãos. À medida que a confiança nas instituições e nos servidores públicos aumenta, o mesmo acontece com a propensão à confiança. O efeito da capacidade dos políticos de solução dos problemas também estimula a confiança interpessoal. Os indivíduos que consideram seu sistema político mais eficiente tendem a ser mais confiantes. Isso se relaciona provavelmente com o fato de que em situações nas quais os indivíduos sabem que podem contar com as instituições que garantem a ordem pública há menos chance de ser vítima de ações inesperadas de outros cidadãos. Um contexto que estimula a confiança em instituições públicas e, portanto, a participação e preocupação com os bens públicos, minimiza as possibilidades de atitudes oportunistas. E o que é ainda mais significativo, quando a eficiência das instituições e dos atores políticos aumenta, a motivação para confiar nos outros também cresce. Com efeito, as chances da ocorrência de confiança aumentam 65% quando os cidadãos acreditam que os atores políticos são eficientes.

Tal como se esperava, as percepções sobre a igualdade legal dos cidadãos influenciam positivamente o crescimento da confiança. Quando a sociedade é considerada mais justa – no sentido da existência de igualdade legal –, a confiança tem uma chance melhor de florescer. A expectativa de ser tratado de forma eqüitativa pela justiça e, portanto, de que a lei seja realmente respeitada, torna mais evidentes os parâmetros da ação na sociedade e, portanto, torna os comportamentos mais previsíveis e a confiança interpessoal mais viável. Quando os cidadãos esperam que a justiça trate de modo desigual as pessoas, as chances de confiar nos outros caem em 40%. Quando as percepções sobre a diminuição da delinqüência ficam mais fortes, a confiança aumenta em quase 20%. As visões sobre a honestidade dos concidadãos e a inclinação individual para trabalhar pelo bem público também são estatisticamente significativas, mas não afetam a confiança de modo tão forte quanto os fatores anteriores.

As variáveis associadas à instabilidade econômica também estão estatisticamente relacionadas com a confiança e afetam a confiança interpessoal, tal como esperado. Quando as pessoas ficam menos satisfeitas com suas realizações econômicas pessoais, isso produz uma diminuição da confiança. O fato de a pessoa estar satisfeita com o que tem a predispõe à confiança. Por outro lado, quando as expectativas de desemprego futuro estão presentes, a confiança interpessoal declina. Quando as pessoas têm expectativas de que as oportunidades econômicas no futuro serão escassas, cresce o sentimento de incerteza. A instabilidade sistêmica leva à diminuição da previsibilidade de comportamento, afetando negativamente a confiança interpessoal.

Somente uma variável apresentou resultados inesperados. Quando ocorre a percepção geral de que os níveis de pobreza diminuem, há uma diminuição correspondente de 15% nas chances da emergência da confiança interpessoal. Parece

que a pobreza acentua o sentimento de confiança mútua. Uma explicação para isso é que as pessoas, quando se defrontam com situações de escassez, tendem a desenvolver um sentimento de solidariedade, em vez de egoísmo. A solidariedade cria laços entre indivíduos que tendem a enfraquecer à medida que a sociedade enriquece e os indivíduos ficam auto-suficientes. Devido à pobreza, as pessoas precisam de assistência mútua. Depois que alcançam condições econômicas melhores, essa disposição para ajudar os outros tende a enfraquecer. Isso contradiz diretamente a idéia do “familismo imoral” proposta por Banfield. O que se pode dizer é que a pobreza não estimula um ambiente de imprevisibilidade e oportunismo, como foi sustentado antes. Ao contrário, ela parece fortalecer os laços entre os indivíduos.

Os coeficientes estandardizados da tabela 7 mostram que as variáveis mais relevantes relacionadas com aumentos da confiança interpessoal são o otimismo, as visões positivas sobre o funcionamento do regime democrático, a igualdade legal entre os cidadãos e a eficiência dos servidores públicos. Pode-se deduzir disso que a existência de um regime plenamente democrático cria um ambiente inclinado a estimular a emergência de valores que incentivam a interação entre cidadãos. Parece que a estrutura institucional de um país desempenha um papel central na moldagem dos comportamentos políticos predominantes dos cidadãos. Isso confirma o argumento de Muller e Seligson de que o regime político tende a influenciar de forma mais decisiva as atitudes políticas de massa do que o contrário. E também traz esperanças de que a continuação da vida democrática na América Latina se reforçará a si mesma, estimulando atitudes políticas compatíveis com a democracia.

Conclusão

Os resultados indicam que a confiança afeta o comportamento político em alguns lugares de um modo mais direto do que em outros. Isso significa que a confiança interpessoal não influencia o comportamento político em todos os contextos e, provavelmente, nem no mesmo contexto em todas as ocasiões. Esse conceito não pode ser tomado como causa de participação política reduzida e pouca participação em associações. É verdade que a confiança está relacionada com algumas formas de participação política e envolvimento com questões públicas em alguns países da América Latina, mas não na maioria deles. Por outro lado, a confiança interpessoal está associada principalmente com as visões sobre comportamento de obediência às leis, igualdade legal entre cidadãos e confiança nas instituições públicas e, em grau menor, com o engajamento em associações cívicas. Pode-se dizer então que a confiança interpessoal afeta as percepções sobre a eficácia da obediência às leis e a confiança nas soluções institucionais para os problemas do cotidiano. A ausência de confiança parece afastar os indivíduos da busca por soluções institucionais para seus conflitos diários de interação. Nesses casos, a falta de confiança pode ser um estímulo para evitar a intervenção do Estado na solução dos conflitos cotidianos.

Apesar da conclusão anterior, o que provoca a variação da confiança interpessoal nos contextos onde parece desempenhar um papel central no comportamento político é uma questão importante. Além das tentativas anteriores de explicar a existência da confiança interpessoal, surge uma nova resposta. Os ambientes em que a previsibilidade de comportamento é alta estão mais inclinados a permitir que a cultura da confiança floresça. Em situações em que os indivíduos acreditam que os outros irão agir de uma maneira determinada e ordeira, a presença da confiança interpessoal é mais fácil.

Baseando-se nesses resultados, pode-se afirmar que certos indivíduos são mais afetados pela confiança interpessoal do que outros. Em outras palavras, os laços criados pela confiança não são tão importantes em certos contextos como são em outros. Onde a confiança interpessoal não é um valor político pertinente, outras variáveis, tais como autoridade, medo ou conformismo podem ter mais relevância para a compreensão do comportamento político do que a confiança interpessoal. Mas um exame da influência de outros valores na explicação das distintas formas de comportamento político é um tópico para outro artigo muito diferente.

APÊNDICE A

DADOS

O Latinobarômetro é um *survey* nacional anual baseado em amostras por cotas de idade e gênero das populações urbanas de 17 países latino-americanos. O tamanho da amostra em cada país varia de 517 a 1200. O Latinobarômetro é realizado pela Corporación Latinobarómetro na Espanha e por Market and Opinion Research International e seus associados em todos os países latino-americanos, com exceção de Cuba e República Dominicana. O número total de entrevistas na América Latina em 1996 foi de 18.516. De acordo com Marta Lagos, coordenadora do projeto, a maior parte do financiamento vem da União Européia através do Centro de Investigación, Promoción y Cooperación Internacional (CIPIE) em Madri e do PNUD (1997). Para mais informações sobre o Latinobarômetro, ver o site <http://www.latinobarometro.cl/english/inisobrepro-i.htm>. Consultar ainda o Encarte de Dados *Tendências*, Ano 6, nº1, Revista OPINIÃO PÚBLICA, Vol. VI, nº1, 2000.

O Latinobarômetro foi aqui ponderado para corrigir distorções de tamanho de país e ajustado para refletir o nível educacional de cada país, de acordo com o *World Development Indicators 1998* do Banco Mundial. No Latinobarômetro 96, os respondentes com instrução estão sobre-representados, portanto foi feito um ajuste para corrigir a porcentagem inflada de entrevistados com alto nível de educação. O tamanho de cada país também foi ponderado. Nos dados reunidos, cada país conta como um caso igual, portanto o número de entrevistas em cada país foi ponderado para que todos tenham um número igual de respondentes. Esses procedimentos de ponderação foram feitos sem inflar artificialmente o tamanho da amostra.

APÊNDICE B

CODIFICAÇÃO DE VARIÁVEIS DO LATINOBARÔMETRO 1996 USADAS NA REGRESSÃO LOGÍSTICA

Dummies: confiança interpessoal, gênero, desigualdade legal (os cidadãos são tratados igualmente ou não), participação em associações (participou ou não), percepções críticas sobre democracia (a democracia está plenamente estabelecida ou não) e os *dummies* para os países.

Escala: situação econômica indicada por uma tricotomia indicando a situação de propriedade do domicílio (empréstimo, aluguel, próprio); otimismo medido por uma tricotomia (o futuro será melhor, será igual, ficará pior); pobreza e delinquência medidas por uma escala de quatro graus variando de ficando maior a ficando pior; eficiência das autoridades, variando de muito eficiente a totalmente ineficaz; frequência de trabalho para questões públicas (escala de quatro graus, variando de frequentemente a nunca); e honestidade dos cidadãos, outra escala de quatro graus, variando de sempre honesto a

nunca honesto.

Intervalo: idade, nível educacional representado por uma série de sete itens variando de analfabeto a grau universitário e confiança nas instituições públicas.

APÊNDICE C

ÍNDICE DE CONFIANÇA NOS ATORES POLÍTICOS E SOCIAIS

Índice: o índice de confiança nos atores políticos e sociais usado nas tabelas 3 e 7 é composto por um conjunto de 15 variáveis *dummy* concernentes a confiança em professores, pregadores, repórteres, jornalistas, juizes, policiais, diretores de sindicatos, servidores públicos, parentes e membros da família, políticos, empresários, governo, deputados, oficiais militares e confiança em ninguém. O coeficiente Cronbach's Alpha desse índice é de 0,67, suficientemente alto, levando-se em conta que há 15 variáveis envolvidas, e a distribuição do índice é normal.

APÊNDICE D

TAMANHO DAS AMOSTRAS ORIGINAIS EM CADA PAÍS

País	Freqüência
Argentina	1199
Bolívia	772
Brasil	1080
Colômbia	1200
Costa Rica	1003
Chile	1200
Equador	1200
El Salvador	1003
Guatemala	1000
Honduras	1000
México	1526
Nicarágua	1033
Panamá	1005
Paraguai	598
Peru	1200
Uruguai	1200
Venezuela	1500
Total	18719

BIBLIOGRAFIA

- ALMOND, G. & VERBA, S. (orgs.). (1980) *The Civic Culture Revisited*. Boston, Little, Brown, and Company.
- BAQUERO, M. (1994) Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: Estado e partidos políticos. In: BAQUERO, M. (org.) *Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre, Editora da Universidade, pp. 26-42.
- BOOTH, J. & RICHARD, P. (1998) Civil Society, Political Capital, and Democratization in Central America, *Journal of Politics* 60:780-800.
- ELSTER, Jon. (1994) *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- INGLEHART, R. (1988) The Renaissance of Political Culture. *American Political Science Review*, 82(4):1203-29.
- _____. (1997) *Modernization and Posmodernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*, Princeton, Princeton University Press.
- KARL, T. L. (1995) The Hybrid Regimes of Central America. *Journal of Democracy*, 6(3): 124-177.
- MULLER, E. N. & SELIGSON, M. A. (1994) Civic Culture and Democracy: The Question of Causal Relationships. *American Political Science Review*, 88(3):635-654.
- NORTH, D. (1995) *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance*. Cambridge, Cambridge University Press.
- O'DONNELL, G. (1996) Illusions and Conceptual Flaws. *Journal of Democracy*, 7(4):161-168.
- PUTNAM, Robert. (1996) *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- PZEWORSKI, A. & TEUNE H. (1970) *The Logic of Comparative Social Inquiry*, Nova York, Wiley-Interscience.
- RAHN, W. M. & TRANSUE, J. E. (1998) Social Trust and Value Change: The Decline of Social Capital in American Youth, 1976-1995. *Political Psychology*, 19(3):545-66.
- REIS, E. (1995) Desigualdade e solidariedade: uma releitura do "familismo amoral" de Banfield. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29(10):35-48.
- SCHEUCH, E. K. (1989) Theoretical Implications of Comparative Survey Research. *International Sociology*, 4: 147-67.
- SELIGSON, A. (1999) Civic Association and Democratic Participation in Central America: A Test of the Putnam Thesis. *Comparative Political Studies*, 32(3): 342-362.
- SELIGSON, M. (1998) The Renaissance of Political Culture or The Renaissance of the (Inverse) Ecological Fallacy? mimeo.
- SHAH, D. V. (1998) Civic Engagement, Interpersonal Trust, and Television Use: An Individual-Level Assessment of Social Capital. *Political Psychology*, 19(3): 469-96.

STOLLE, D. (1998) Bowling Together, Bowling Alone: The Development of Generalized Trust in Voluntary Associations. *Political Psychology*, 19(3): 497-526.

USLANER, E. M. (1998) Social Capital, Television, and the "Mean World": Trust, Optimism, and Civic Participation. *Political Psychology*, 19(3): 441-68.

Tradução do original em inglês de Pedro Maia Soares